

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

*ATUAÇÃO DOS JESUÍTAS NO PROCESSO DE ACULTURAÇÃO NO
RIO GRANDE DO NORTE: SÉCULOS XVI - XVIII*

LEONOR LAURENTINA VIEIRA

NATAL/RN,
2004
2003.2

LEONOR LAURENTINA VIEIRA

*ATUAÇÃO DOS JESUÍTAS NO PROCESSO DE ACULTURAÇÃO NO
RIO GRANDE DO NORTE: SÉCULOS XVI – XVIII*

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora Denise Mattos Monteiro, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação da professora Maria Ferdinanda Silveira Soriano da Cruz.

NATAL/RN,
2004

*Pode parecer uma dificuldade
intransponível quando se tem em mente a
recuperação de historicidades silenciadas.*

Beatriz Goes Dantas

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter permitido que eu chegasse até aqui.

A minha mãe Joana, por ter me dado o apoio, e a certeza de não estar caminhando sozinha.

A todos os colegas e companheiros de curso que me apoiaram nos momentos incansáveis de pesquisa ajudando-me quando necessário.

Agradeço sinceramente a professora Maria Ferdinanda Silveira Soriano da Cruz, por toda sua paciência e carinho com que acolheu o meu trabalho.

A professora Francisca Aurinete Girão pela sua orientação e compreensão

A professora Maria Emilia Monteiro Porto por ter me ajudado na escolha deste tema e pelas indicações bibliográficas fornecidas

Ao professor Clyde Smith Junior pela doação de livros ao Núcleo de Estudos Históricos.

Ao meu amigo caningado Francisco de Assis de Lima pela sua amizade e companheirismo num momento tão importante de nossas vidas.

A Joseane Chaves por ter me suportado e ajudado nos trabalhos de digitação e normatização.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação intelectual.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	
1- A COMPANHIA DE JESUS: SUA ORIGEM E INSERÇÃO NO CONTEXTO DA ÉPOCA MODERNA.....	7
1. 1- Uma análise da instituição.....	8
1. 2- As epístolas jesuíticas.....	10
2- A COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL	13 ✓
2. 1- Contexto histórico.....	14 ✓
2. 2- As Missões no Brasil.....	16 ✓
2. 3- Os jesuítas na Capitania do Rio Grande.....	19 ✓
2. 4- As dificuldades dos jesuítas frente ao domínio holandês.....	22 ✓
3- A PARTICIPAÇÃO JESUÍTICA NO PROCESSO DE ACULTURAÇÃO ÍNDIGENA.....	26 ✓
3. 1- A consolidação das Missões Jesuíticas: Os Aldeamentos.....	28 ✓
3. 2- A aculturação na Capitania do Rio Grande.....?	31 ✓
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
5- FONTES E BIBLIOGRAFIA	37
6- ANEXOS	39

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Os padres no trabalho de conversão, de Johan Rugendas.

Figura 2 – “Nova et accurata tabula”, de Joan Blaeu (1640)

Figura 3 – “Morte do padre Philippe Bourel”, autor desconhecido

Figura 4 – Igreja de São Miguel da Missão de Guajirú

Figura 5 – Igreja de São João Batista da Missão de Guaraíras

Figura 6 – Igreja de São João Batista da Missão de Apodi

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Territórios Indígenas Tradicionais ✓

Mapa 2 – Missões Jesuíticas na Capitania do Rio Grande ✓

Mapa 3 – Aldeamentos e Vilas ✓

INTRODUÇÃO

Devido à “descoberta” das novas terras pelos portugueses ocorrida no século XVI, a Coroa portuguesa formalizou uma aliança entre a Igreja Católica e o Estado, estabelecendo-se a partir de então uma relação entre a colonização e a evangelização, para que fosse efetivada a posse das terras.

É interessante conceituar o termo evangelização, partindo do preceito estabelecido pela concepção da época: evangelizar é levar a “Boa Nova” a todos os povos; é salvar almas através da religião cristã, disseminando-a entre os povos que até então não a conheciam.

No Brasil esta aliança foi concretizada com a vinda dos primeiros missionários por volta de 1549, no Governo – Geral de Tomé de Souza. Na Capitania do Rio Grande esse movimento de ação jesuítica foi introduzido no ano de 1597, com a chegada da expedição por determinação real, com o intuito de realizar a conquista da Capitania.

De início, era nas Missões Volantes que os padres realizavam as suas visitas às aldeias indígenas buscando catequizar, batizar e casar os nativos. Após este período inicial, cresceu a necessidade de se estabelecer um controle sistemático sobre as terras e sobre os nativos, o que levou ao estabelecimento das Missões de aldeamento intensificando, por outro lado, os conflitos entre colonos e missionários pelo controle efetivo da mão de obra indígena, demonstrando a ineficiência das leis estabelecidas e decretos sobre o assunto¹.

Trataremos neste trabalho dos métodos cristãos utilizados pelos missionários no processo de efetivação da conquista, desenvolvendo como questão central o processo de aculturação imposto aos nativos pelos portugueses, em conjunto com os jesuítas no período compreendido entre 1597 a 1750.

As Missões jesuítas despertaram nosso interesse por constituírem um grande exemplo de relações interétnicas, no que diz respeito ao encontro entre dois mundos

¹ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indígena no período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

diferentes.

Os estudos relacionados às Missões no Rio Grande do Norte, aconteceram descritivos e factuais, apenas discorrerem sobre dados como: localização geográfica, tipos de etnias aldeadas dentre outros, deixando de lado uma análise interpretativa das relações entre grupos étnicos existentes na colônia.

Uma bibliografia mais geral nos deu respaldo para fazermos uma contextualização da Companhia de Jesus na Europa até a sua chegada e instalação no Brasil. José Eisenberg em seu livro *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*, trata das Missões como sendo instituição; Maristela de Oliveira Andrade em *500 anos de catolicismo e sincretismo no Brasil*, relata pontos importantes dos jesuítas no tocante à sua vinda e instalação no Brasil. Utilizamos ainda como fonte de análise as cartas jesuíticas contidas em duas obras clássicas escritas por Serafim Leite, são elas: *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil* e *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

A historiografia tradicional aborda o tema de maneira superficial, preocupando-se em descrever a história da colonização portuguesa da antiga Capitania do Rio Grande, dentre os quais destacamos: Vicente Lemos, *Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte*; Luís da Câmara Cascudo, *História do Rio Grande do Norte*; Rocha Pombo, *História do Rio Grande do Norte*; Tavares de Lira, *História do Rio Grande do Norte* e Tarcísio de Medeiros, *Aspectos geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte*.

A bibliografia citada acima tem características peculiares do estilo da época, em narrar e informar os fatos sem estabelecer inter-relações entre eles, contudo não se pode negar a sua relevância considerável para a preservação da memória de um momento importante na História do Rio Grande do Norte.

Para uma visão mais completa sobre o tema buscamos subsídios em estudos que apresentam uma análise sob novas perspectivas no que diz respeito às relações entre índios e missionários. Utilizamos alguns trabalhos historiográficos mais recentes: Em *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização do Rio Grande*, Fátima Martins Lopes aborda a questão missionária e os conflitos sociais do período colonial na Capitania; na *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, Denise Mattos Monteiro, além

de outros assuntos, trata da questão indígena neste período; em *Jesuítas na Capitania do Rio Grande: séculos XVI – XVIII: arcaicos e modernos*, Maria Emília Monteiro Porto expõe algumas questões de cunho religioso.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos: o primeiro refere-se à origem da Companhia de Jesus, mencionando a sua importância institucional; o segundo aborda o momento inicial da atividade missionária no Brasil e na Capitania do Rio Grande e o terceiro trata da efetivação das Missões jesuíticas e a sua relevância no processo de aculturação dos nativos da Capitania do Rio Grande.

CAPÍTULO I

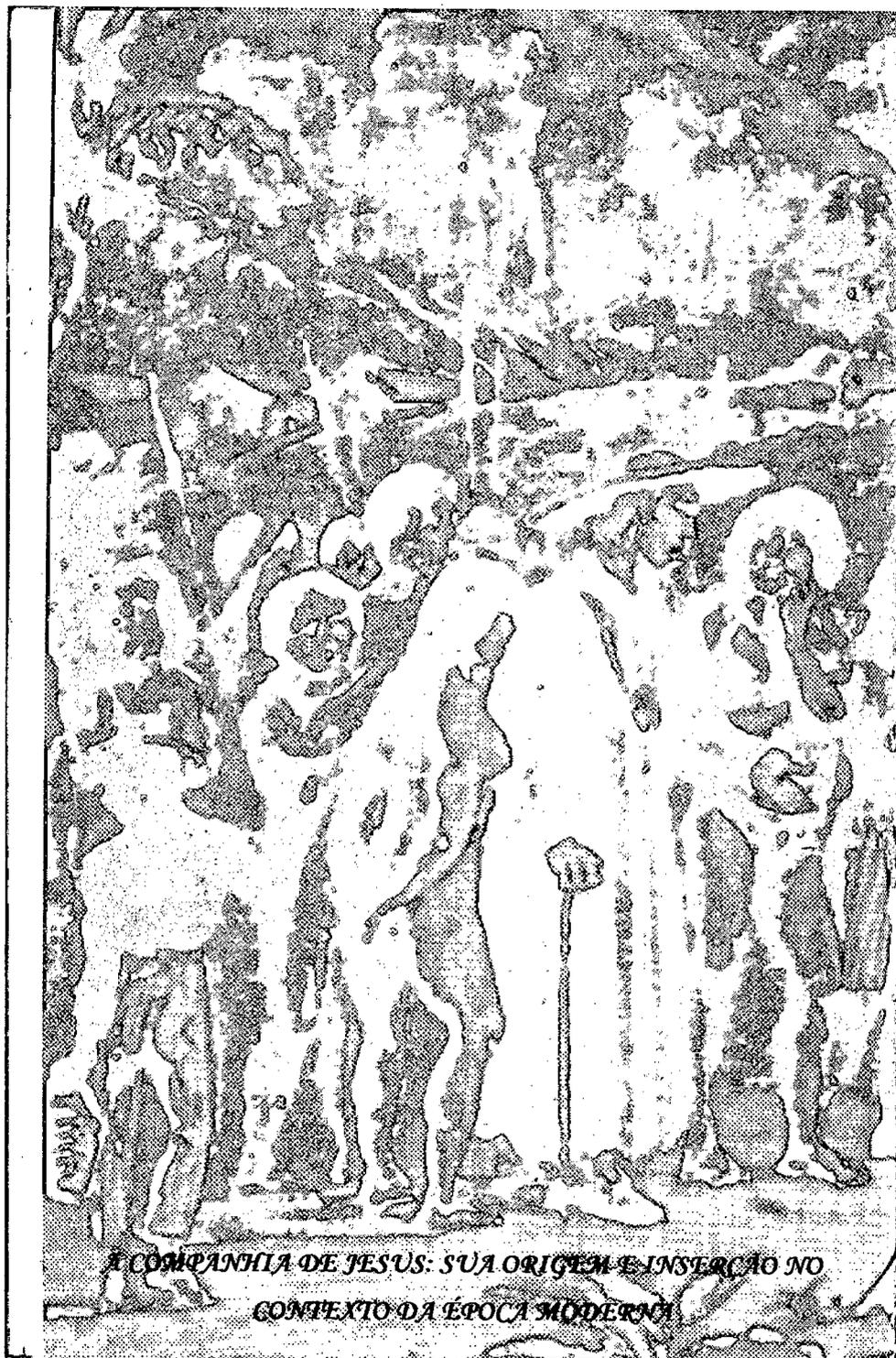


Fig. 1

No século XVI a Igreja Católica foi profundamente abalada por conflitos internos desencadeados a partir de ferrenhas críticas ao comportamento anticristão e antiético, da instituição quanto ao comércio de elementos sagrados e a vida dissoluta de seus padres.

Transitava, além das críticas, idéias incompatíveis com os dogmas da religião. A problemática intensificou-se terminando com a ruptura de um de seus membros, Martinho Lutero, que desencadeou uma ampla reforma – A Reforma Protestante – marco fundamental naquele momento de crise dos paradigmas, no quadro geral das transformações que atravessava a Europa moderna.

A Igreja reagiu aos ataques direcionados aos seus dogmas desenvolvendo uma série de medidas restritivas que a tornaram mais conservadora, objetivando a manutenção de sua hegemonia.

No contexto de crise que a Igreja Católica enfrentava, as ordens religiosas foram de fundamental importância no cumprimento das determinações do Concílio de Trento. A ordem jesuítica desempenhou relevante papel neste momento histórico conflitante para a Santa Sé.

A História da Companhia de Jesus está diretamente ligada à trajetória de vida do seu fundador e líder espiritual, Inácio de Loyola. Ferido numa batalha em Pamplona na Espanha, foi conduzido ao castelo de Loyola no intuito de recuperar-se. A partir daí iniciou a leitura de obras religiosas, descobrindo a sua vocação, como é demonstrado a seguir:

Porque, lendo a vida de Nosso Senhor e dos santos, parava a pensar, raciocinando consigo: ‘E se eu realizasse isso que fez São Francisco? E isto que fez S. Domingos?’ Assim discorria por muitos assuntos que achava bons, propondo sempre a si mesmo empresas difíceis e grandes: quando as propunha, lhe parecia encontrar em si facilidade para executá-las. Mas todo o seu discorrer era falar consigo: ‘S. Domingos fez isto: pois eu hei de fazê-lo. São Francisco fez isto; pois eu hei de fazê-lo!’²

Ao decidir ingressar na vida religiosa, Loyola despojou-se de seus bens e dedicou-se à peregrinação em direção a Jerusalém, seguindo os ensinamentos e a proposta

² LOYOLA, Inácio de. *Autobiografia*. In: EISEMBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG. 2000, p. 23.

de vida de Jesus Cristo. Gradualmente pondo-se a serviço dos mais carentes, realizou várias ações de caridade.

De volta à Europa, empenhou-se nos estudos acadêmicos, cursando mestrado em filosofia e em teologia, na universidade de Sorbonne, em Paris. Visando um aprofundamento para exercer seu apostolado de forma mais eficaz. Em 1522, começou a escrever *Exercícios Espirituais*, livro de exercícios de devoção religiosa que relata a sua experiência apostólica e sua formação teológica.

Na elaboração de sua obra espiritual, Loyola sofreu influência do movimento religioso flamengo “Devoção Moderna”, que tinha como texto principal a *Imitação de Cristo*, de Thomas Kempis. Entretanto, o livro de maior influxo do ponto de vista formal foi *Exercícios para a vida espiritual*, escrita em 1515, pelo abade Cisneros.

1.1. Uma análise da instituição

A Companhia de Jesus era uma das ordens religiosas com fins pastorais atuando no âmbito das obras assistenciais e na prática da evangelização. “O principal objetivo dessa ordem era persuadir cristãos, hereges e pagãos a viverem uma vida reta guiada pela moral cristã e pela luz divina[...]”³

Rapidamente tornou-se uma das mais importantes instrumentos da Reforma Católica. A base teórica da instituição estava inserida nos Exercícios Espirituais, centrados no que os jesuítas chamavam o Nosso Modo De Proceder (*Noster Modus Procendeti*), uma espécie de estatuto moral, na busca da santificação pessoal e que, institucionalmente, objetivava ajustar-se às atividades apostólicas de conversão.

A estrutura hierárquica da Companhia de Jesus baseava-se na propedêutica da referida obra (*Exercícios Espirituais*), tendo sido consolidada com a publicação das *Constituições da Companhia de Jesus* (1558 – 1559). Este documento estabelecia dentre outros aspectos as atribuições dos superiores da ordem jesuíta, assim definidos: 1) pré-julgar e determinar a pena da penitência; 2) saber acolher, aconselhar e mostrar o caminho correto a ser seguido pelo religioso; 3) buscar o “diagnóstico e cura do paciente” de qual forma fosse necessária, como demonstra o cientista político José Eisemberg:

³ EISENBERG, José. *As Missões jesuíticas e o pensamento político moderno*, p. 32. }

Os jesuítas exerciam três funções: a primeira de juiz, o jesuíta desenvolvia um discernimento moral e aprendia a distribuir penitências; a segunda como pai desenvolvendo a responsabilidade moral e o saber perdoar; e por fim a função de médico buscando a cura da alma do paciente.⁴

Estas três funções demonstram o valor do jesuíta na instituição, bem como a importância do “saber” desenvolver o seu papel, devendo para isso estar bem formado e preparado do ponto de vista moral, intelectual e espiritual, para lidar e contornar as diversas situações cotidianas das Missões.

A Companhia de Jesus impunha aos seus membros o cumprimento de seus postulados: a obediência, a pobreza, a castidade, a penitência e confissão. A obediência era um valor marcante na instituição, havia um mútuo discernimento concernente às regras de obediência entre os jesuítas e seus superiores. A dedicação e cumprimento ao exercício da religião era condição necessária – considerada um sinal expreso de Deus.

A experiência dos primeiros anos na administração das atividades da ordem jesuítica mostrou a Loyola que a obediência “cega” até então exigida aos que nela ingressavam não se constituía no melhor meio de conduzir a disciplina na instituição. Essa reflexão favoreceu a uma revisão do conceito de obediência, deixando de lado o seu caráter passivo anteriormente estabelecido. Através deste voto os religiosos juravam a Deus dirigir as Missões⁵. Os jesuítas transitavam em diferentes regiões visto que não podiam criar vínculos permanentes nas localidades para onde eram designados, dispendo-se a levar adiante as suas obras, em cumprimento aos preceitos de obediência.

As promessas solenes de castidade e pobreza permaneceram sem alterações significativas. A vida comunitária simples caracterizava a pobreza do jesuíta que se despojava de suas posses ou bens pessoais. Por sua vez, a Companhia de Jesus assumia a responsabilidade perante os religiosos em tudo que fosse concernente aos estudos e à sua manutenção.

A castidade era muito importante dentre os conceitos da ordem. Pela vinculação a uma comunidade o jesuíta dedicava sua vida afetiva num comportamento que

⁴ EISENBERG, José. *As Missões jesuíticas e o pensamento político moderno*, p. 39.

⁵ Missões são formas de ações dos missionários das diversas ordens religiosas no trabalho da catequização e subordinação dos indígenas à cultura européia [...] (LOPES, Fátima Martins. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - UFPE, Recife, 1999.

exprimiam o amor universal, identificado com o estilo de vida de Jesus. Penitência e confissão são postulados também prescritos na Constituição Jesuítica, sendo as confissões periódicas, e destinadas a todos os religiosos.

A formação e a capacitação dos jesuítas para o exercício de suas atividades compreendiam um processo longo que:

Começavam a serem postulados com dois anos de noviciato, quando passavam por um breve período de isolamento e reflexão seguidos por uma série de experiências. No isolamento aprendiam a virtude do silêncio e a falar apenas quando solicitados. As experiências se dividiam por meses onde eram acompanhados de perto por um padre experimentado que avaliaria constantemente o caráter do noviço para a consideração de suas optidões.⁶

Esse processo de formação seguia as diretrizes canônicas das ordens religiosas. No caso da Companhia de Jesus, foram acrescentadas algumas particularidades inerentes à instituição, com aprovação papal: o jesuíta tornava-se padre ou irmão; o padre exercia o ministério sacerdotal, o irmão tinha uma função mais específica, pois com sua formação religiosa, intelectual e profissional diferenciada, dava apoio à infra-estrutura e organização das comunidades. Independente da classe social a que pertencia, ao terminar o *Noviciato*, o jesuíta fazia seus votos particulares, o que o credenciava a estar ligado perpétua e oficialmente à Companhia de Jesus.

Encerrada a formação religiosa, a Companhia determinaria o destino de cada um, isto é, em que comunidade iria servir. Às vezes, tinham de adaptar as normas que regulavam o funcionamento das Missões, conforme a realidade local. “Durante essa fase de consolidação da Companhia de Jesus, muitas das normas que regulavam as atividades dos jesuítas foram produzidas localmente e justificadas por aqueles que as produziram por meio do envio periódico de cartas.”⁷

1. 2. As epístolas jesuíticas

A historiografia do século XVI demonstra um aumento na Europa no uso de correspondências devido a vários fatores, entre eles: as trocas comerciais, a expansão

⁶ PORTO, Maria Emilia Monteiro. *Jesuítas na capitania do Rio Grande séculos XVI – XVIII: arcaicos e modernos*. 2001. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Salamanca, Salamanca, 2001, p. 43-44.

⁷ EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*, p. 46.

ultramarina, como também a localização geográfica de organizações religiosas e seculares.

Os jesuítas utilizavam as correspondências para relatar os acontecimentos locais e demonstrar as dificuldades enfrentadas no exercício missionário. É abundante o número de cartas existentes porque, na realidade, a Companhia de Jesus era uma instituição religiosa internacional no tocante à destinação de suas atividades e a origem de seus membros.

As cartas eram de grande relevância, pois traziam benefícios à instituição, mantendo os superiores informados do que acontecia nas Missões, como também das atividades realizadas pelos jesuítas. Desempenhavam ainda um forte poder atrativo nas pessoas que não pertenciam à instituição, tratando-se de um meio de divulgação da Companhia visando à inclusão de possíveis membros. A publicidade das cartas tinha como efeito o reconhecimento dos que prestavam “ajuda” política e financeira à Companhia, como é o caso do papado e dos reis católicos europeus.

Foram estabelecidos critérios devido à necessidade de serem controladas as informações contidas nas epístolas, visto que algumas eram redigidas para serem lidas em público. Em 1541, Inácio de Loyola determinou que das cartas constassem apenas notícias construtivas e positivas sobre as Missões, mostrando aspectos bem sucedidos, no intuito de conquistar o leitor, fosse ele religioso ou leigo - eram as chamadas *cartas edificantes*, usando uma linguagem mais formal. Distinguiam-se desses a *bijuela*, folha em separado escrita numa linguagem simples (coloquial), contendo informações relativas à ajuda financeira, localização, nomeação de cargos, conflitos entre nativos, dentre outras.

A divisão funcional de natureza epistolar em *bijuelas* e *cartas edificantes* tinha como objetivo demonstrar o caráter das atividades na perspectiva de “vender” a imagem da instituição para aqueles que arcavam com o seu financiamento, e ^{no} mesmo tempo impedia que os problemas enfrentados fossem expostos publicamente. Isso se estendeu por todo o século XVI, mantendo a hierarquia jesuítica informada sobre os acontecimentos nas Missões, e representando ao mesmo tempo uma inovação nas técnicas de administração institucional. Inovação esta que trouxe à história colonial brasileira grande contribuição visto que as cartas contêm informações que nos proporcionam uma visão mais consistente a respeito da realidade da época, como também auxiliam na construção e conservação de sua memória. É evidente que se deve fazer uma análise cuidadosa sobre o que está sendo

relatado, pois se encontra implícito o ponto de vista do autor. Segundo Maristela Oliveira de Andrade, as cartas:

[...] revelam de maneira mais eloqüente e mais apropriada do discurso salvacionista, inserindo-o nas avaliações dos resultados do trabalho de catequese e nas interpretações das situações vividas e presenciadas junto aos índios.⁸

As epístolas não eram produzidas aleatoriamente, seguiam algumas normas publicadas nas *Constituições Jesuíticas*⁹, devendo ser escritas a cada quatro meses, acompanhadas por cópias para serem enviadas ao superior imediato da Ordem.

No Brasil, foi o padre Manuel da Nóbrega o precursor dessa inovação, no ano de 1549, na Bahia, escreveu a primeira carta como missionário ao seu superior, padre Simão Rodrigues, relatando como tinha sido recebido pelo gentio, como estava alojado, o que tinha encontrado na terra, o estado do pecado e abandono moral em que se encontravam os portugueses, os primeiros contatos como os índios e os planos de catequese. Até serem expulsos, os jesuítas não deixaram de escrever epístolas, informes, relatórios e crônicas sobre o cotidiano da Companhia na colônia portuguesa da América.

⁸ ANDRADE, Maristela Oliveira de. **500 anos de catolicismo e sincretismo no Brasil**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2002. p. 68.

⁹ *As Constituições Jesuíticas* continham aquelas instruções de como obedecer, como ser prudente e como organizar as Missões, as escolas e as casas jesuíticas. (EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*, p. 44).

CAPÍTULO II

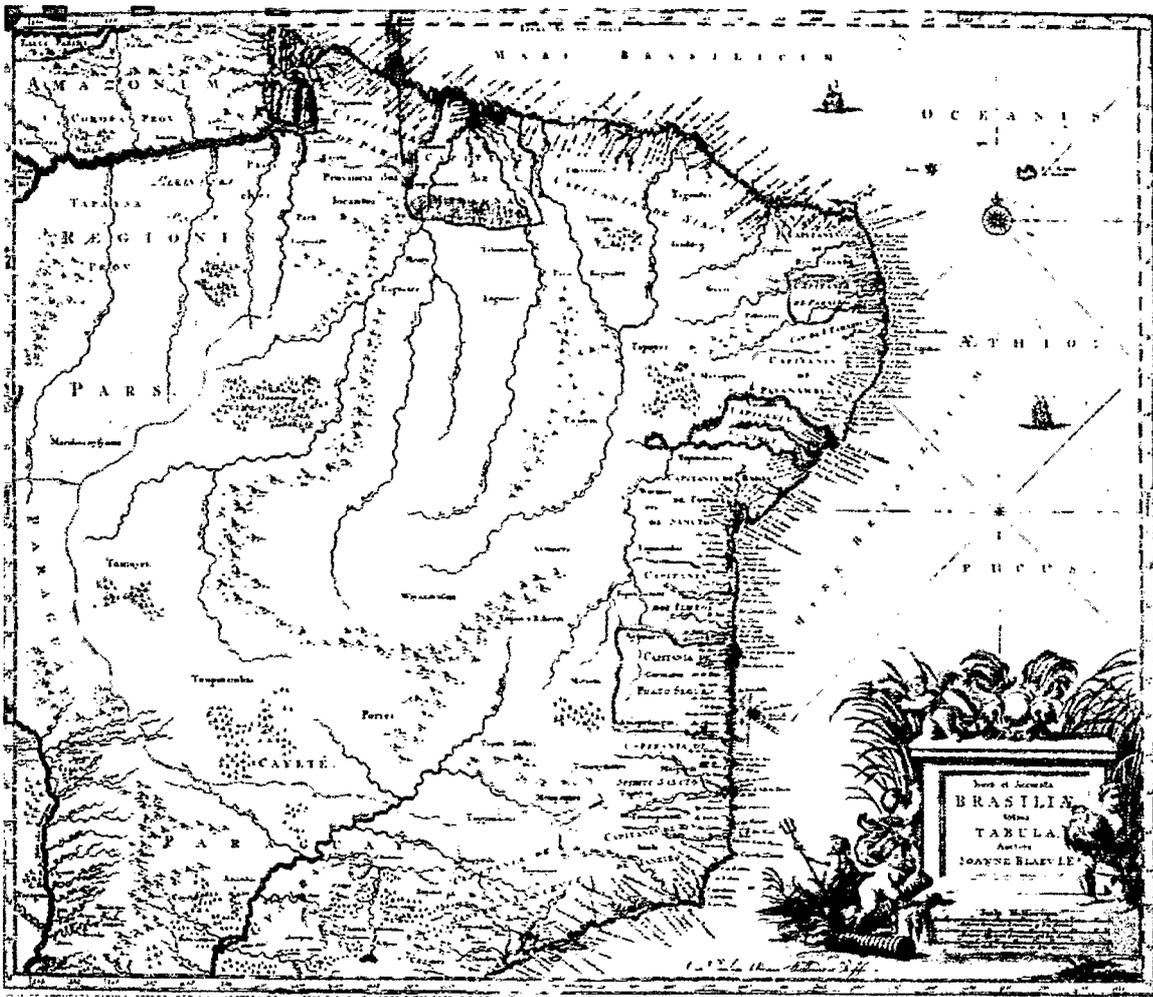


Fig. 2

A COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL

2. 1. Contexto Histórico

O “descobrimento” do Brasil em 1500 pelos portugueses está inserido no contexto internacional, voltado à expansão comercial europeia, buscando lucros e novos mercados a serem explorados. Como na região não existiam produtos de imediata comercialização seria bem mais rentável para a coroa portuguesa investir no comércio de especiarias orientais. Dessa forma, o que se realizou no Brasil, no período compreendido entre 1500-1530, não passou de um reconhecimento superficial do litoral. Tal situação culminou num relativo abandono da região.

Somente após cerca de 30 anos, essa situação tomaria um novo rumo, devido à crescente presença francesa no litoral que contrabandeava o pau-brasil:

A extração dessa madeira, inaugurou a exploração da mão-de-obra indígena nativa pelos interesses mercantis europeus: através de uma relação que ficou conhecida como escambo, os indígenas cortavam e transportavam até a praia os enormes troncos, em troca de quinilharias que lhes eram dadas pelos brancos.¹⁰

Em consequência, a Coroa Portuguesa resolveu iniciar o processo de colonização, introduzindo o sistema de *Capitanias Hereditárias*, as quais seriam concedidas a particulares, responsáveis pelos encargos financeiros, que poderiam efetivar a posse portuguesa e ao mesmo tempo fazer o povoamento. O território brasileiro foi dividido em quinze lotes, distribuídos entre doze donatários:

Cada uma das capitanias começava na costa do atlântico e se estendia para o oeste, até o limite de Tordesilhas, a vaga linha de demarcação que separava as possessões espanholas dos portugueses no Novo Mundo.¹¹

A sua estrutura jurídica era regulamentada através da Carta de Doação, documento que concedia ao donatário a posse da Capitania, e o Foral que estabelecia direitos e deveres do donatário. Contudo o desenvolvimento das capitanias não correspondeu às expectativas esperadas pela Coroa, devido a alguns fatores, como: a forte resistência

¹⁰ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal, Ed. da UFRN, 2000. p. 26-27.

¹¹ MARIZ, Marlene da Silva. *Rio Grande do Norte - colonial - 1598-1633. Caderno de História*. Natal, v.1, n.1, p.17 - 22, jul / dez. 1994.

indígena; dificuldades de locomoção provenientes da grande extensão territorial; o clima e o desinteresse de alguns donatários, que por uma dessas causas abandonaram a região. Assim, somente a Capitania de São Vicente que pertencia, a Martim Afonso de Souza e a de Pernambuco, de Duarte Coelho atingiram prosperidade.

A Capitania do Rio Grande limitava-se ao sul com a Baía da Traição, localizada no atual estado da Paraíba, e ao norte com Angra dos Negros no atual Ceará. Foi doada pelo rei D. João III a dois donatários considerados ricos e influentes funcionários portugueses, João de Barros e Aires da Cunha. Estes organizaram a primeira expedição colonizadora em 1535, que fracassou frente à forte resistência dos nativos fazendo com que a Capitania ficasse por muito tempo sem administração.

Diante de tal situação, o primeiro intento de colonização portuguesa não obteve êxito. Após a frustrada tentativa de conquista, uma segunda expedição colonizadora organizada pelos filhos de João de Barros - Jerônimo e João - também não logrou sucesso, ficando a costa norterio-grandense num total abandono, do qual aproveitaram-se os invasores estrangeiros, principalmente franceses que estabeleceram “alianças” com os índios do litoral, dificultando cada vez mais a penetração portuguesa na Capitania.

Somente no final do século XVI, na nova conjuntura européia proveniente da *União Ibérica*, foi retomado o empreendimento da conquista das terras brasileiras, num processo marcado pela força e violência. Cumprindo as determinações régias, partiu para o Rio Grande uma nova expedição de conquista e ocupação, sob a responsabilidade do Capitão-Mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho, Capitão-Mor da Paraíba que chegaram no final de 1597 à barra do Rio Grande, atual Rio Potengi. “construíram uma paliçada para se protegerem dos ataques dos franceses “aliados” aos Potiguara e, já em seis de janeiro de 1598, deram início à construção do Forte dos Reis Magos”.¹²

Com o insucesso das *Capitanias Hereditárias*, D. João III, criou o *Governo-Geral* com o objetivo de centralizar a administração, e organização em defesa da colônia portuguesa. Foi no decurso do *Governo Geral* de Tomé de Souza que o primeiro grupo de

¹² CASCUDO. Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, Ed: Achiamé, 1984. p. 24.

misionários chegou ao Brasil em 1549, liderados por Manuel da Nóbrega vieram, Vicente Rodrigues, Diogo Jácome, Leonardo Nunes, Antônio Pires e João de Azpilcueta Navarro.

2. 2. As Missões no Brasil

Inicialmente, os jesuítas demonstraram-se otimistas e deslumbrados com a diversidade cultural encontrada no Brasil. Com relação aos indígenas, logo deixou de vigorar a impressão de Pero Vaz de Caminha, do índio como sendo criatura pacífica conforme está relatado na carta escrita ao rei Dom Manoel I. Ao perceberem certas práticas culturais, como a antropofagia, a poligamia etc, os jesuítas passaram a considerá-los como bárbaros, não civilizados, seres sem humanidade e alma, seguindo a visão geral da Igreja Católica na época. “ O fruto dessas missões consiste em fazê-los de bárbaros, homens de homens, cristãos de cristãos, perseverantes na fé.”¹³

Os estudiosos têm realizado longas discussões a respeito do papel desempenhado pelos jesuítas em relação aos indígenas. Seriam eles evangelizadores com a única intenção de salvar almas ou religiosos buscando a exploração indígena com a finalidade de engrandecer a Ordem em detrimento da Coroa Portuguesa?

Alguns historiadores como Haubert¹⁴ consideram que os jesuítas não tinham certeza da humanidade indígena, mesmo assim acreditavam na Missão salvacionista. Defensor de tese oposta, Júlio Pernetta¹⁵, afirma que o projeto missionário tinha como objetivo aumentar o domínio dos jesuítas na colônia portuguesa através da aculturação indígena. A antropóloga Berta Ribeiro¹⁶, se mantém numa posição não tanto radical, considerando que os jesuítas tinham três motivos centrais: salvar e converter almas; servir a colonização e obter o sustento da Companhia, através da mão de obra indígena.

Cada argumento acima demonstrado, vai de encontro ao papel desenvolvido pelos jesuítas. Em primeira instância eles tinham realmente o objetivo de “ salvar almas ”, contudo não se pode negar o jogo de interesses envolvido no projeto colonizador. Estavam eles conscientes de seu valor como principal instrumento da colonização através da

¹³ LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil*. São Paulo, Ed: Comissão do IV centenário de São Paulo, 1954. p. 10.

¹⁴ HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo, Ed: Círculo do livro, 1990.

¹⁵ PERNETTA, Júlio. *Missões jesuítas no Brasil*. Curitiba. Typ.Econômica, 1909.

¹⁶ RIBEIRO, Berta. *O índio na história do Brasil*. São Paulo: Ed. global, 1983.

conversão dos nativos, demonstravam assim a importância dos seus trabalhos missionários à Coroa Portuguesa, que por sua vez, arcava com financiamentos para a Companhia.

Iniciaram sua ação de catequese na Bahia, a capital da colônia. Com apoio de Diogo Álvares, patriarca da comunidade, mantinham boas relações com os índios que habitavam a região. Os missionários se comunicavam com os índios através de Diogo Álvares. Contudo, os jesuítas notaram que esta solução era temporária e logo trataram de aprender a língua Tupi e ensinar português aos nativos.

Perceberam que os índios demonstravam um certo interesse por suas pregações. Diante disso, era no domínio da oratória que os padres procuravam impor-lhes alguma autoridade. Os jesuítas bilíngües tomaram-se um forte meio de comunicação entre portugueses e índios, tendo também auxílio das crianças indígenas que haviam aprendido o português.

Com o escopo de auxiliar o ensino da língua, os jesuítas criaram gramáticas daquela que eles acreditavam ser a “ língua geral ” falada por todos na costa brasileira. A primeira gramática da língua Tupi foi escrita pelo padre José de Anchieta denominada “*Artes da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*”, publicada no ano de 1595.

Ao dominar a língua nativa, os jesuítas passaram a ter um entendimento mais profundo da cultura indígena, aprendendo sobre as crenças e rituais religiosos. Esse fato proporcionou uma aproximação entre duas realidades: os jesuítas buscavam formular táticas para persuadir os nativos a acreditar nos ensinamentos cristãos e os indígenas encontravam-se temerosos face à presença missionária.

O conhecimento aprofundado sobre a cultura indígena deu aos jesuítas a percepção de que alguns aspectos se assemelhavam à religião cristã: os índios acreditavam na imortalidade da alma, tinham noção do bem e do mal, e a crença na chamada “ Terra sem Males ”, lugar onde as pessoas boas iam após a morte. Esses aspectos comuns serviam como base para a pregação jesuítica necessitando apenas de algumas adaptações.

Algumas contradições se apresentam no processo de conversão, verificando-se que ao receber os sacramentos os nativos deixavam transparecer uma convicção na fé que abraçavam, entretanto, a continuidade da prática do canibalismo e da poligamia dava aos religiosos a certeza de que a evangelização não conseguia mudar os costumes indígenas a ponto de torná-los éticos, como pretendiam.

Os missionários enfrentavam ainda problemas com os colonos, pois buscavam a qualquer custo escravizar o indígena, para utilizar sua mão de obra. Os nativos passaram a encarar os jesuítas com desconfiança, pois não conseguiam identificar as diferenças entre colonos e missionários já que estes também os escravizavam. Tal fato prejudicava, portanto, os trabalhos de conversão contribuindo para uma avaliação pessimista por parte de Nóbrega.

Em 1553 veio ao Brasil a terceira leva de jesuítas contando com a presença do padre José de Anchieta, enviado para dar continuidade ao trabalho de evangelização. Além da pregação religiosa, os padres procuravam outros meios para ajudar o trabalho de conversão. O padre José de Anchieta introduziu uma nova estratégia de conversão - a cura. Sabia que as doenças contraídas pelos nativos tinham sido transmitidas pelos colonos, isto facilitava a cura dos enfermos. O exercício dessa estratégia causou uma competição com relação aos curandeiros das tribos, que acreditavam serem os únicos possuidores de poderes para sanar as doenças. Os pajés afirmavam que os jesuítas estavam matando os índios e os jesuítas entendiam que os curandeiros conduziam os nativos a práticas pecaminosas distanciando-os da salvação.

Os jesuítas tentavam convencer os nativos a curar não só o corpo, mas também a alma, ou seja, demonstrar que os rituais cristãos trariam mais benefícios espirituais, levando-os a participar dos sacramentos: batismo, eucaristia, casamento e confissão. O batismo era geralmente ministrado aos recém-nascidos e aos mais velhos, na maioria das vezes, no momento da extrema unção, afirmavam que esse sacramento ajudava o enfermo ir para o paraíso.

O casamento também se dava de maneira confusa, a poligamia era bastante difícil de ser extirpada, os índios aceitavam casar, mas não abandonavam as outras esposas. Os padres optaram por casar índios jovens, que ingressavam na vida conjugal pela primeira vez, na tentativa de inculcar-lhe a prática da monogamia. A eucaristia era um ritual realizado com os jovens e adolescentes, faixa etária em que havia maior facilidade de conversão. Para realizar a confissão usavam crianças bilíngües como intérpretes, que traduziam aos padres os pecados confessados pelos nativos.

Nenhum dos rituais cristãos sofreu mais adaptações do que a missa, cerimônia que contava com a participação de nativos encenando passagens do evangelho, através de cenas teatrais.

Todas essas estratégias utilizadas pelos jesuítas, as pregações na língua Tupi, o conhecimento da cultura nativa, a cura dos enfermos como também as adaptações e tolerância nos ritos sacramentais, tinham como ponto principal à conversão dos índios ao cristianismo.

2. 3. Os Jesuítas na Capitania do Rio Grande

A Capitania do Rio Grande no início de sua colonização era habitada por várias tribos indígenas. As que habitavam o litoral eram denominadas *Potiguara* e os índios do sertão conhecidos como *Tarairiú*.

Os *Potiguara* pertenciam ao tronco Tupi, falavam a língua geral e estendiam seus domínios desde os limites de Guajú, na Paraíba até o Ceará, e estabeleceram alianças com os portugueses. Praticantes de costumes ^{considerados} hediondos pelos jesuítas como o cerimonial da prática da antropofagia, nota-se um caráter não religioso, pois procuravam causar temor aos vivos que assistiam, tratava-se aqui de um sacrifício honroso tanto para o sacrificado, quanto para o executor, sendo considerado como bravos guerreiros.

Uma outra característica diz respeito à grande mobilidade espacial, pois mudavam constantemente de local de moradia motivados pela procura de terras férteis. Realizavam caminhadas migratórias, motivadas pela busca da lendária “terra sem males”, considerado um “...paraíso terrestre onde as plantas crescem por si só, há fartura para todos, todos são felizes e ninguém sofre, os homens são eternos.”¹⁷

Os *Tarairiús* estavam inseridos no tronco Macro-Jê, devido ao clima árido do sertão, condição pela qual constituíam uma vida seminômade. Um dado interessante destes indígenas diz respeito a prática de cerimônias propícias à fertilidade da terra, comandada por feiticeiros. Também praticavam a antropofagia com seus inimigos. As mulheres costumavam comer a placenta e o cordão umbilical como também as crianças novas que morriam. Eram conhecidos pela sua ferocidade, força na guerra, adotando a tática da surpresa. A prática da antropofagia diferia da realizada pelos *Potiguaras*. Pode-se notar que os portugueses, na sua concepção cristã, ao perceberem o tipo de antropofagia praticada por esta tribo, consideraram-na como ato de barbárie.

¹⁷ RIBEIRO, Berta. *O índio na história do Brasil*, p. 22.

O primeiro momento da ação jesuítica caracterizou-se pela visita dos padres às aldeias indígenas com o objetivo de desempenhar os trabalhos de conversão e ministrar os sacramentos cristãos. A partir de 1597, utilizaram o método Volante envolvendo táticas e estratégias de conversão. Os jesuítas percorriam as aldeias indígenas pregando a doutrina cristã, tendo o batismo como sacramento mais importante pelo fato de simbolizar a transformação do bárbaro em cristão. Para os missionários a conversão representava o sucesso de suas atividades de salvar almas e ao mesmo instante civilizar os nativos.

A civilização, a que os índios deveriam ser conduzidos, significava, ao final, a sedentarização, a formação da família nuclear a adoção de comportamentos sociais e políticos cristãos e ocidentais (abandono da nudez, dos enfeites, da antropofagia) do incesto, da vida comunal etc e principalmente, a adoção de formas de obtenção do sustento europeu (agricultura sedentarizada).¹⁸

No entanto, muitas condições apontaram para que o processo de conversão se desse de maneira superficial e transitória: a comunicação na transmissão da doutrina, que era auxiliada por intérpretes; a rapidez com que eram efetuados os sacramentos; o curto contato entre missionários e índios e a forte resistência exercida por alguns indígenas.

Ronaldo Vainfas afirma, no seu livro *Heresia dos Índios*, que ocorreu um “Catolicismo Tupinambá”. Para ele, o resultado das missões religiosas entre os índios Tupis seria uma conversão constituída “... por meio das tradições do catolicismo: através das circularidades entre os símbolos culturais cristãos e os indígenas”¹⁹. Assim os índios teriam passado por um processo de conversão, contudo não significava que estes seriam realmente cristãos, pois no panorama indígena, a aceitação da religião cristã estava entendida como uma estratégia para fazer frente aos conflitos relacionados à conquista portuguesa.

Na Capitania do Rio Grande tiveram papel significativo no trabalho de catequização os padres Gaspar de Samperes e Francisco Lemos que faziam visitas pelas redondezas do Rio Potengi. Participaram da consolidação da “paz” entre índios e portugueses numa cerimônia realizada na capitania da Paraíba.

¹⁸ LOPES, Fátima Martins. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande*, p.80.

¹⁹ VAINFS, Ronaldo. *A Heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colônia*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995. p.150.

Esta rendição é descrita quase sem variações em todos os livros de história. O principal Potiguaçu ou Camarão Grande firmou a “paz” com os portugueses no forte. Por ordem do governador geral do Brasil, Dom Francisco de Souza, pela importância da nova conquista e participação das potiguara para os planos de expansão colonial, a mesma foi solenemente ratificada, em 11 de Julho de 1599 na cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (hoje João Pessoa) comparecendo os chefes indígenas potiguara, Pau-Seco, Zorababé, Mar Grande entre outros, e os Tabajaras da Paraíba, Braço de Peixe, Braço Preto e Pedra Verde, além dos representantes da coroa portuguesa, os capitães-mores de Pernambuco e da Paraíba, Manuel Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho, os oficiais da câmara da Paraíba, ouvidor-mor Braz de Almeida, o futuro capitão-mor de Pernambuco Alexandre Moura e também Frei Bernardino das Neves e o Padre Francisco Pinto como intérpretes de mediadores.²⁰

Logo após a “pacificação” ergueu-se a primeira cruz católica numa aldeia potiguar, localizada à esquerda do Rio Potengi. Seria o marco que viria a simbolizar a “paz” entre os índios e portugueses, fato que não significaria acabar totalmente com os conflitos, pois tanto os potiguara como os taráíriús iriam continuar resistindo ao domínio português.

Iniciada a catequese através das Missões volantes, foi construída uma residência central localizada em Natal, abrigando os religiosos que se encontravam em Missão na Capitania “... porque para haver residência em cada aldeia era impossível por não haver tantos padres”²¹. “A existência dessa casa de ‘cal e pedra’ é mencionado no relatório de 1609 do Sargenyo-mor Diogo de Campos Moreno.”²²

No ano de 1605, iniciaram-se efetivamente as Missões Volantes, seguindo anualmente, sempre com dois jesuítas número insuficiente para se obter um bom rendimento no processo de evangelização. Cabia aos jesuítas, além de realizar as cerimônias de praxes, trazer de volta os índios que porventura tivessem fugido das aldeias por medo da escravidão praticada incessantemente pelos colonos.

Na Missão Volante de 1613, o padre Gaspar de Samperes em companhia do padre Pedro de Castilho, relata que foram visitar oito “aldeotas” dos *Potiguaras*. Ao final de desta missão que teve duração aproximadamente de sete meses a “... soma dos batismos de inocentes que foram por todos quatrocentos e dezesseis; os de adultos, vinte e quatro;

²⁰ MATIAS, Iracy Rejane Batista. *A presença jesuítica no Rio Grande do Norte durante os séculos XVI-XVIII*. 2002. p.19. Monografia (Graduação em História), UFRN, Natal, 2002.

²¹ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro, 1938/1945, t.5, p.506.

²² Apud MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Terra natalense*. Natal: Fundação José Augusto, 1991. p.59.

casamentos em lei de graça, trinta e cinco; confissões, trezentos; comunhões, vinte”.²³ Acreditavam os religiosos que as Missões conseguiam catequizar os índios, entretanto, não sendo realizadas de forma permanente seus frutos nem sempre logravam êxito.

Foi um período de constantes conflitos entre os missionários e colonos na defesa de seus interesses com relação ao índio, os jesuítas seguindo seus objetivos de conversão, e os colonos procurando a mão-de-obra barata que necessitavam, não medindo esforços na tentativa de escravizá-los.

As Missões Volantes demonstraram uma certa ineficiência pelo fato de não conseguir impedir que os índios retornassem aos seus costumes culturais quando se encontrassem longe da presença missionária. A religião cristã foi assim absorvida pelo índio de forma superficial, pois estavam preocupados^f mais com a questão da necessidade de segurança que era oferecida pelos jesuítas do que propriamente a aceitação de uma nova religião “nota-se que o discurso que o principal Ilha Grande teria falado aos outros principais, advertia claramente que...os que se metiam na igreja não os cativa, antes os doutrina e defende”.²⁴

Entretanto, não se pode deixar de ressaltar o auxílio das Missões Volantes na consolidação da conquista do território norte-rio-grandense, com os padres intermediando os conflitos entre colonos e índios além de promoverem aproximação dos *Potiguaras* com elementos culturais externos à sua cultura, outro mundo até então desconhecido. Isso se deu também através de outra estratégia jesuítica na qual valorizava as pessoas de destaque entre os indígenas (chefes indígenas).

2. 4. As dificuldades dos jesuítas frente ao domínio holandês

A conquista holandesa iniciada em Pernambuco, em 1630 logo se estenderia até o Rio Grande (1633). O principal motivo que os trouxe foi de cunho econômico, atraídos pela abundância de gado bovino secundada pela produção de farinha de mandioca e o fornecimento de peixe. Assim no cenário do domínio holandês no Nordeste, o Rio Grande do Norte serviu como suporte fornecedor de alimentos que garantia o abastecimento das tropas invasoras.

²³ Carta de Padre Pero de Castilho In: LEITE, Serafim, op. cit, p.520.

²⁴ SALVADOR, Vicente, apud LOPES, Fátima Martins. Missões religiosas, p. 100

Os portugueses, diante desta situação de dominação não resistiram e renderam-se. O Forte dos Reis Magos passou a ser chamado de Castelo Ceullen, que de início esteve sob o comando do capitão Joris Gartsman recebendo “munições, víveres, oficiais, trabalhadores, cento e cinquenta soldados e setenta fuzileiros para as expedições em terra”.²⁵

Durante a presença holandesa vieram ainda entre 1632 a 1634, seis padres à Capitania do Rio Grande assinalando as últimas Missões Volantes. Os jesuítas sofreram diversos ataques por parte dos holandeses relatados por Serafim Leite, fato este que viria a prejudicar o trabalho missionário.

Os holandeses buscavam conquistar a aliança tanto dos colonos como dos índios. Ao que se pode perceber os batavos desejavam apoio nos combates e a mão de obra indígena. Os nativos do litoral na sua maioria, cristianizados, foram subordinados às autoridades holandesas pelo fato de não se aliarem aos dominadores. Diante disso ocorreu um processo de aldeamento forçado dos índios pelos holandeses impondo-lhes no processo de dominação a religião utilizando o calvinismo como instrumento.

A relação entre holandeses e índios do sertão se deu de maneira bastante diferente os *Tarairiús* se aliaram militarmente aos holandeses conforme relata José Antonio Gonçalves de Mello:

Tratavam os seus aliados brancos de igual para igual [...] eram, porém aliados tão “ferozes” que às vezes mais pareciam inimigos; procurava-se sempre mantê-los o mais afastado possível das zonas habitadas [...] assim, por exemplo, em 1639, Nhaundi com duzentos tapuias – homens, mulheres e meninos, aproximou-se do povoado do riogrande (*sic*), causando grandes danos aos moradores. Com maior sem cerimônia iam arrancando as roças, novas e velhas que encontravam.²⁶

A partir daí pode-se notar que a história do Rio Grande do Norte foi marcada nesse período por forte violência, cujas vítimas geralmente eram índios catequizados que não aderiam à aliança holandesa sofrendo vários massacres e, conseqüentemente, a dizimação de muitas tribos.

²⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. p. 65.

²⁶ MELLO, José Antonio Gonçalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: Ed. Massangana, 1987. p. 204-205.

Somente com a reconquista portuguesa ocorrida durante a segunda metade do século XVII é que os jesuítas iriam retomar as suas atividades sobre novas perspectivas. Desta feita, outro fator veio a dificultar o processo de evangelização: os *Tarairiús* até então não catequizados demonstravam forte resistência à ação missionária.

CAPÍTULO III



Fig. 3

A PARTICIPAÇÃO JESUITICA NO PROCESSO DE ACULTURAÇÃO INDIGENA

Devido ao insucesso das Missões Volantes, cujo trabalho de evangelização era inconsistente tendo sido agravado pela invasão holandesa que contribuiu para a finalização desta fase de atuação jesuítica na Capitania, dando expansão a um outro momento importante no que diz respeito a consolidação das Missões no Rio Grande.

D. João III, diante desta situação, ordenou em todo o Brasil que os índios fossem aldeados. Com o surgimento das Missões de Aldeamento onde indígenas passariam a serem governados por missionários. Assim:

As Missões [de aldeamento] como passaram a ser chamadas todos os aldeamentos criados e/ou organizados sob as vistas dos missionários geralmente em locais afastados dos colonos e mais próximos do habitat natural do indígena, passam a ser o centro de ação catequética dos jesuítas e das outras ordens também[...] as missões deveriam ter uma organização administrativa como uma vila colonial, como um Meirinho, espécie de autoridade civil escolhida pelos missionários entre os indígenas, que se encarregava da vida na aldeia, isto é, de fazer os outros índios cumprirem as novas atividades: trabalho na roça, idas a igreja, confissões. Era ele, também, que se encarregava das punições quando havia infrações das normas. Para tanto, era erigido um Pelourinho, que também teria a função de “tronco de castigos”²⁷

Pode-se notar que os aldeamentos tinham um caráter mais sólido e possuíam meios que poderiam proporcionar o sucesso do empreendimento evangelizador pela sua característica de ser permanente, visto que o indígena passava a viver continuamente com os jesuítas.

Para definir procedimentos em relação aos índios do Brasil, a *Mesa da Consciência e Ordem*, reunida em Lisboa no ano de 1565, restringiu o “direito” de se cativar índios somente entre aqueles que fossem aprisionados em Guerras Justas (guerras promovidas pelos colonizadores contra os índios que resistiam a ocupação portuguesa). Estabeleceu também que os índios que tivessem se submetido pacificamente aos agentes colonizadores deveriam ser reunidos nas Missões, medida que garantiria a liberdade do índio aldeado.

Seguindo o novo “Regimento das Missões”²⁸, os padres da Companhia de Jesus detiveram o controle espiritual, político e temporal dos aldeamentos, garantindo assim

²⁷ LOPES, Fátima Martins. A presença missionária na Capitania do Rio Grande. *Caderno de História*, Natal, v.1, n.1, p 23-28, jul/dez. 1994.

²⁸ O Regimento das Missões garantia a liberdade dos índios, confirmando a lei de 1680.

o acesso dos colonos ao trabalho indígena desde que fossem contratados com remuneração sendo paga em duas etapas, um adiantamento e outra ao fim do serviço.

Aos missionários cabia manter no mínimo 150 aldeados, e atrair novos índios do sertão. Os nativos trabalhariam no intento de garantir o sustento próprio e da aldeia, e ainda instituir o comércio de seus produtos com os colonos.

As Missões de Aldeamento não tiveram apenas um caráter religioso, mas ao que se pode compreender asseguravam a concretização de diversos aspectos da colonização. Do ponto de vista econômico haveria um melhor acesso dos colonos à mão-de-obra indígena, como também às terras por eles ocupadas; geograficamente a localização das Missões, formava uma espécie de “barreira” contra os índios não convertidos e rebelados que ainda não tinham sido aldeados. Culturalmente esta concentração de índios numa área restrita iria facilitar o processo de conversão e absorção da cultura européia.

Na Capitania do Rio Grande, as primeiras Missões de Aldeamento, só aconteceram no último quartel do século XVII, quase 25 anos após a expulsão dos holandeses. Nesse período, segundo Lemos²⁹, a assistência religiosa prestada aos indígenas foi dada pelos padres seculares, e as aldeias eram administradas pelas autoridades coloniais. O reinício do povoamento da Capitania ~~que~~ indo em direção ao interior, alcançou as terras dos *Tarairiús* que durante o domínio holandês haviam lutado contra os portugueses. A introdução dos currais de gado nas ribeiras dos rios Açu e Apodi iria desencadear um conflito guerreiro que tornaria a dificultar o desempenho das atividades missionárias no Rio Grande.

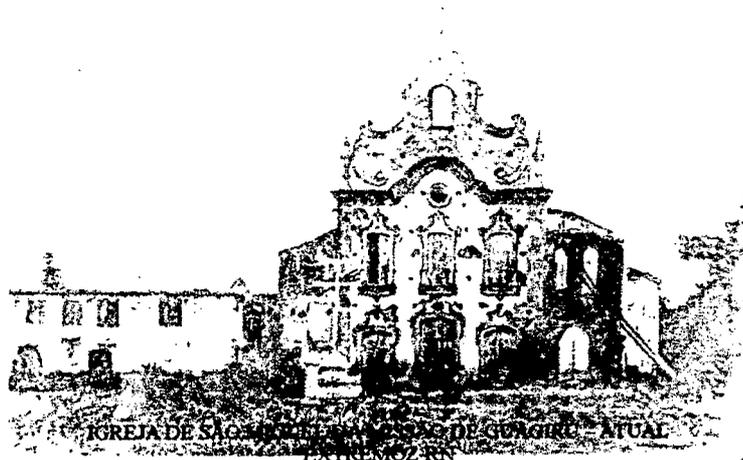
No começo da fase de Aldeamento, os missionários já contavam com a experiência adquirida na época das Missões Volantes. Fixaram-se estrategicamente em área litorânea como é o caso das Missões de Guajirú e Guaraíras, que ocuparam as próprias aldeias indígenas sem precisar haver grandes adaptações. Mais tarde, em conseqüência da “Guerra dos Bárbaros”, implantaram nova Missão, resultante do aldeamento dos *Tarairiús*,

²⁹ LEMOS, Vicente. *Capitães-Mores e governadores do Rio Grande do Norte: 1598-1697*. Rio de Janeiro: Typ.do Jornal do Comércio, 1912. p 35.

3.1 A CONSOLIDAÇÃO DAS MISSÕES JESUITAS: OS ALDEAMENTOS

A Missão de Guajirú, atual cidade de Extremoz, é relatada em 1641 por um emissário holandês, que viajava pelo Rio Grande. Era composta por remanescentes indígenas *Potiguara*, localizada às margens da Lagoa de Guajirú. O que se pode perceber em alguns relatos é que ocorreram algumas desavenças entre os administradores da Capitania e os missionários em relação ao poder temporal sobre o indígena. Tal situação fez com que o Governador Geral e o bispo de Pernambuco reafirmassem aos oficiais da Câmara de Natal, que era direito dos missionários comandar os índios aldeados. Esta Missão foi registrada oficialmente no catálogo da Companhia de Jesus em 1683, que tinha como superior o Padre Antonio de Cardoso e o Padre Francisco de Albuquerque como seu auxiliar. Cinco anos depois, esta Missão se envolveu na “Guerra dos Bárbaros”³⁰. O Padre Pero Dias³¹ em seu relato discorre que os religiosos tentavam, proteger os índios já cristianizados, tanto da ação dos *Tarairiús* rebelados, como dos colonos que pretendiam usá-los como mão-de-obra nos currais de gado, e também do Terço Paulista, que era uma organização do Governo, voltado para acabar com os índios opositores ao processo de povoamento, assim usando como estratégia a guerra entre tribos.

Este foi um momento bastante complicado para a continuidade das atividades missionárias no Aldeamento. Os jesuítas enfrentavam sérios entraves no tocante à proteção dos índios que se encontravam convertidos. Somente no século XVIII é que a Missão entraria num



³⁰ A “Guerra dos Bárbaros”, foi uma reação dos índios *Tarairiús* contra os colonizadores portugueses ao movimento expansionista dos colonos. Também é conhecido como “Levante dos Tapuias” ou “Confederação dos Kariri. Ver PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do Brasil (1650 – 1720)*. Tese (Doutorado em História) - São Paulo, USP, 1998.

³¹ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, p. 529.

momento de maior serenidade, período em que se construiu uma igreja com invocação a São Miguel, facilitando a participação do índio nas atividades cristãs no processo de conversão.

Na Missão de Guaraíras, localizada à beira da Lagoa de Guaraíras, No ano de 1681, a Junta das Missões de Pernambuco, ordenou que se transferissem para esta Missão os índios da aldeia de Mipibú, fato este justificado "... por serem ambas pequenas e assistirem nesta dois religiosos que melhormente poderiam cuidar dos índios"³²

Os nativos aldeados em Guaraíras sofreram tribulações morais ocasionadas pela "Guerra dos Bárbaros", sendo obrigados a participar do Terço Paulista contra os *Tarairiús*, sem que os missionários pudessem evitar uma vez que era prerrogativa do governo colonial solicitar os índios aldeados para defender a Capitania. O Aldeamento também recebeu alguns indígenas derrotados pelo Terço, dando margem a uma relação conflituosa com os índios já aldeados, exigindo uma maior assistência dos jesuítas. Após a expulsão dos missionários, a Missão foi elevada a Vila de Arês, tendo sido construída a igreja cujo patrono era São João Batista.



Fundada pelos padres José Guinzel e Felipe Bourel, a Missão de Apodi, localizada na ribeira do Rio Açu, se tornou uma espécie de ponto de defesa no sertão no momento da "Guerra dos Bárbaros". Os indígenas iam à Missão buscando um pouco mais de segurança.

Segundo os próprios jesuítas relatavam, não conseguiam desempenhar o seu papel evangelizador devido, principalmente aos constantes conflitos com os colonos donos de currais de gado. Por este motivo, os padres buscaram um novo território para que se transferisse a Missão. Além deste problema com os curraleiros, havia ainda a resistência dos *Tarairiús* que apesar de dormirem em cabanas ou irem à igreja continuaram a praticar os seus costumes.

³² LEMOS, Vicente. *Capitães – Mores e governadores do Rio Grande do Norte*, p. 35.

Diante da situação marcada por conflitos e mortes, tornou-se inviável a continuidade da ação jesuítica, motivo da extinção da Missão do Apodi. Vale salientar que a aldeia indígena permaneceu, sendo mais tarde administrada por outra Ordem religiosa.



Nesse contexto é importante citar as Missões de Igramació (hoje, Vila Flor) e a de Mipibú (hoje São José de Mipibú) sem nos determos nas mesmas, pelo fato de não terem sido administradas por jesuítas, e sim por missionários Carmelitas e Capuchinhos, respectivamente. Não desmerecendo o valor do papel desempenhado por essas Ordens, cujo trabalho foi tão importante quanto o desenvolvido pelos jesuítas.

Através do alvará de 3 de maio de 1757, emitido pelo Marquês de Pombal, os jesuítas perderam a jurisdição que tinham sobre os indígenas. Estabeleceu-se a “liberdade” indígena.

As aldeias indígenas, transformadas em vilas, passaram a ser governadas pelos seus diretores, do que resultou terem os índios aldeados retornado à vida errante, sofrendo, ademais perseguições que os esmagaram.³³

Entendemos que a vida missionária dos aldeamentos foi marcada por muitas dificuldades em se tratando da questão de fixação e catequese dos nativos, embora seja significativo o contingente de índios que aceitaram viver nas Missões. Para que os missionários cumprissem os seus objetivos de conversão, era necessário estabelecer uma boa convivência entre os colonos e os indígenas, nunca alcançados devido aos constantes conflitos.

Ao final do período das Missões de Aldeamento o objetivo dos missionários em converter o índio e torná-lo “ser civilizado” não foi atingido. Tinham apenas conseguido defender alguns índios sobreviventes aos conflitos existentes no processo de conquista, sendo muito poucos os que restaram.

Uma questão importante observada na bibliografia norte-rio-grandense, diz

³³ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília, Senado Federal, 1984, p. 79.

respeito ao desaparecimento do índio da sociedade local, principalmente a partir do final do século XVIII. Nota-se uma ausência de referências sejam elas bibliográficas ou documentais. Depois de terem sido bastante citados, como principais figuras das aldeias-missões, as informações vão ficando raras até o seu completo silêncio.

Cascudo faz alusão ao assunto, utilizando uma linguagem um tanto quanto romântica e poética:

Em três séculos toda essa gente desapareceu. Nenhum centro resistiu, na paz, às tentações d'aguardentes, às moléstias contagiosas, às brutalidades rapinantes do conquistador. Reduzidos foram sumindo misteriosamente, como sentido que a hora passara e eles eram estrangeiros na própria terra.³⁴

3.2 A ACULTURAÇÃO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE

Ao se tratar de conquista do Rio Grande, pode-se afirmar que foi acompanhada e proporcionada pela presença religiosa dos jesuítas, que desenvolveram o papel de intérpretes dos colonizadores portugueses na sua relação com os indígenas. Este fato acrescentou à cultura local elementos europeus, evidenciando um processo denominado “aculturação indígena”.

Para uma melhor compreensão desse processo é importante, termos conhecimento do conceito de aculturação, entretanto é imprescindível entender o significado do termo cultura tendo em vista que a aculturação é uma modificação num processo cultural já existente.

Clifford Geertz³⁵, em seu livro *a Interpretação das culturas* afirma que a cultura é uma teia de significados que provém de uma longa evolução no tocante ao modo como o homem atribui as próprias convicções. Define cultura como sendo a produção de uma sociedade com inúmeras significações. Faz uma notável analogia do conceito de cultura com uma teia de aranha, em que a sociedade encontra-se no núcleo, produzindo a sua cultura que é externada através dos fios, cada fio tendo um significado, que dependerá do modo como será interpretada. ⁷

³⁴ CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 38.

³⁵ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

Outros autores como Alfredo Bosi³⁶ trata especificamente da cultura brasileira, que tem um significado plural, visto que não é homogênea sendo constituída por várias manifestações materiais e espirituais. Esta consideração se relaciona com o fato da cultura brasileira estar constituída também de outros resquícios advindos da cultura européia, evidenciando assim o processo aculturativo

A aculturação é o resultado da influência de padrões estrangeiros na cultura orgânica de um povo³⁷. É assim que Cascudo conceitualiza o termo aculturação. Pode-se notar que na Capitania do Rio Grande identificam-se inúmeros elementos da assimilação dos nativos principalmente à cultura portuguesa como também de outros povos.

Os missionários na sua incessante idéia de salvação e conversão dos nativos deram uma maior concretização no processo de aculturação indígena. Elemento este que pode ser percebido a partir da análise das cartas jesuíticas, tratando-se de uma “aculturação dupla”, pois aos nativos foi imposta uma nova cultura, mensagens e símbolos cristãos, contudo é certo que os jesuítas também assimilaram algumas tradições, sendo forçados a moldar a sua doutrina e adaptá-la conforme a realidade local.

Há indícios de elementos aculturativos presentes na Capitania desde os primeiros contatos dos índios *Potiguaras* fato este confirmado por vários historiadores. Rocha Pombo, em *História do Rio Grande do Norte*, afirma que “muitos franceses chegaram a ficar vivendo por ali, tomando os costumes, aprendendo a língua daqueles índios, e ate formando famílias”³⁸.

Um outro aspecto da influência marcada pela reciprocidade dos elementos culturais entre: potiguares e estrangeiros está ligado à vivência comum. Os franceses obtiveram sucesso em sua aliança com os indígenas, assim como os holandeses, pelo fato de “respeitarem” de certa maneira a cultura local, não impondo de forma explícita novos costumes aos nativos. Em contrapartida os portugueses, em sua ânsia de dominação, utilizavam a religião como uma ferramenta para a atração indígena ao convívio com os brancos, contribuindo para uma gradual destruição da cultura original.

Os religiosos desestruturaram a sociedade nativa, implantando um sistema

³⁶ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*, São Paulo, Ed. Cia das letras, 1994. *P. 11*

³⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *Civilização e cultura: pesquisa e notas etnográficas gerais*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1973. p. 84.

³⁸ POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ed. Anuário do Brasil, 1922, p. 34.

econômico, político e social seguindo moldes europeus, que eram totalmente contrários aos costumes cotidianos indígenas. Foi no trabalho missionário volante que iniciou o processo de dominação da cultura, buscando combater os costumes inerentes aos nativos, como: a nudez, a antropofagia, a poligamia, o canibalismo, dentre outros. Os aldeamentos, por sua vez, sob domínio religioso, assumiram formas diferenciadas dos nativos desempenhando atividades mais permanentes, os elementos de aculturação viriam posteriormente a serem inseridos na cultura local. ?

A finalidade do projeto colonial português era “domar” o índio para que servisse à colonização da terra, utilizando a sua mão-de-obra, que atenderia ao mesmo tempo a padres e colonos, atuando também como guerreiros, pois eram obrigados a guerrear com outros índios pagãos em prol da Coroa, e ainda como elemento povoador das novas terras portuguesas. Assim, a presença missionária, sob o pretexto da propagação da fé e da proteção ao indígena foi um agente destruturador da cultura nativa.

A aculturação indígena se deu de duas maneiras: espiritual e material. Do ponto de vista espiritual, foi imposta uma nova religião, desconsiderando as práticas religiosas peculiares aos indígenas. Materialmente ocorreram várias modificações referentes à moradia, vestuário, contato com objetos como armas de fogo, dentre outras.

Para ilustrar melhor o que foi mencionado a respeito dos elementos aculturativos, analisamos algumas cartas escritas por jesuítas. Vejamos: ?

...há os melhores indícios de que se vão firmando as aldeias e introduzindo a fé crista, alacridade com que os índios constroem as suas casas com que à compita; na facilidade com que aprendem de cor as orações; na pontualidade com que cada dia vêm à igreja de manha e de tarde; na alegria que mostram quando levam à fonte do batismo, os seus filhos...³⁹

Neste discurso nota-se elementos referentes à aculturação, favorecidos pela aceitação de uma religião e a realização de algumas cerimônias cristãs como a missa e o batismo. Materialmente percebe-se ^{que} a destribalização material original da aldeia dá lugar a um novo modelo habitacional, composto por casas.

Uma outra carta analisada foi a primeira carta escrita no Brasil, pelo padre

³⁹ Carta de Padre Francisco de Matos. In: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. T,5 p. 540-542.

Manoel da Nóbrega, poucos dias depois de sua chegada, no dia 29 de março de 1549, endereçada ao padre Simão Rodrigues, provincial de Portugal.

... Desta maneira ir-lhe-ey insinando as orações e doctinando-os na fé até serem habileis para o baptismo. Todos estes que tratam conosco, dizem que querem ser como nós, senão que nom tem com que se cubrão como nós, e este seo inconveniente tem. Se ouvem tanger à missa, já acodem, e quanto os vem fazer, tudo fazem: assentão-se de gíolhos, batem nos peitos, alevantão as mãos ao céu [...] Diz que quer ser christão e nom comer carne humana, nem ter mais de huma molher e outras cousas [...] ⁴⁰

Identifica-se neste fragmento um consentimento pacífico por parte dos indígenas à doutrina cristã, estando subentendido que a aliança aos jesuítas era a única maneira de se obter segurança, compreendendo-se que este era o único fato que levava os índios a aceitarem as imposições dos jesuítas. É evidente que os indígenas não tinham noção do grau de gravidade que esta aceitação à religião cristã causaria na sua cultura. Esta adesão era representada pela segurança que as Missões lhes proporcionava. Os Aldeamentos representaram o local de maior influência da aculturação indígena no Rio Grande.

⁴⁰ Carta do Padre Manoel da Nóbrega. In: LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Ed. Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo. 1954. p. 111.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho tentamos compreender no contexto europeu e brasileiro, como se desenvolveu a atuação missionária dos jesuítas no período colonial, frente às populações nativas na busca da salvação de almas, impondo-lhes uma nova cultura.

Foram os grupos indígenas os que sofreram maiores danos em suas vidas, culturas e crenças e, por conseguinte, a sua história que foi totalmente desestruturada, culminando numa forte resistência indígena na busca pela sobrevivência diante da nova realidade. Entretanto a resposta do sistema colonial se deu através de uma repressão bastante violenta na qual o indígena quando não era morto, tornava-se escravo ou era obrigado a viver numa Missão de Aldeamento.

No processo de ocupação da Capitania do Rio Grande foi esta a situação pela qual o indígena se deparou. Ao que se pode notar na historiografia tradicional há uma certa omissão nesse aspecto vivenciado pelo índio, no tocante à sua luta pela sobrevivência, demonstrando-se apenas um processo com o intuito de se colonizar como sendo o principal objetivo a ser alcançado.

Aos nativos caberia escolher aderir ao catolicismo, favorecendo aos colonizadores o domínio das terras da Capitania ou reagirem através de sangrentas batalhas. Além disso, não se pode negar que as Missões criaram um contato crescente de aproximação entre europeu e indígena.

Esta relação é identificada em dois momentos distintos: inicialmente, na Capitania do Rio Grande houve o estabelecimento dos franceses e da colonização portuguesa. Os contatos iniciais tinham por base o escambo, dando-se de maneira amigável apesar de que, os interesses dessa relação fosse diferenciados. ~~As relações passaram a ter um~~ novo momento dessas relações remete a efetivação da colonização portuguesa, que além da apropriação das terras queriam a mão-de-obra ^{indígena} e conseqüentemente a sua escravidão.

Foi nesse contexto que os jesuítas conquistaram na vida colonial ganharam espaço, primeiramente com as Missões Volantes (1597 a 1630) e logo depois as Missões de Aldeamento (1679 a 1762), adquirindo formas próprias.

As Missões Volantes, ocorridas no início do processo de colonização situados

no litoral, tinham o papel de intermediar as duas culturas: indígena e portuguesa, favorecendo o processo de aculturação. Foi pela ação missionária que se efetivou “acordos de paz”, garantindo a disponibilidade das terras indígenas e a prestação de trabalho dos nativos à Coroa. Os objetivos dos missionários foram alcançados de maneira superficial, isto é, os indígenas diante da presença jesuítica, continuaram com suas práticas religiosas e culturais, fato que levou os missionários a admitirem a ineficiência do seu trabalho de evangelização.

As Missões de Aldeamento no Rio Grande iniciaram o seu estabelecimento a partir do momento de interiorização da colonização no sertão, que utilizava a pecuária resultando na resistência indígena. Tais Missões determinaram uma certa limitação espacial e cultural ao índio.

Os estudos sobre o assunto encaminham-se à seguinte questão: Em que medida as Missões foram “assimiladoras” aos indígenas? Diante dos relatos dos missionários nota-se que os resultados de suas ações foram a subordinação dos índios à uma nova cultura. Aos três elementos inerentes ao processo de colonização, índios, colonos e missionários, foram os índios os que obtiveram resultados mais negativos, sendo usados e destruídos em favor de interesses alheios a sua cultura, apesar de sua forte resistência.

Finalmente, ao que se pôde perceber, é que no período da extinção das Missões de Aldeamento, havia um certo contingente populacional de índios no Rio Grande do Norte. Atualmente, não há indícios de grupos indígenas no nosso território, tendo este grupo desaparecido através da História.

5 – FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa, [a.n], 1938-1945.

_____. **Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo. 1954.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Maristela Oliveira de. **500 anos de catolicismo e sincretismo no Brasil**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2002.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e cultura: Pesquisas e notas etnográficas gerais**. Rio de Janeiro. Ed. Instituto Nacional do Livro, 1973.

_____. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional/MEC, 1955.

EISEMBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HAUBERT, Máxime. **Índios e jesuítas no tempo das missões (Séculos XVII-XVIII)**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

LEMOS, Vicente de. **Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte (1598-1697)**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1912.

LOPES, Fátima Martins. A presença missionária na Capitania do Rio Grande. **Caderno de História**, Natal, v. 1, n. 1, p. 23-28, jul./dez., 1994.

_____. **Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização na Capitania do Rio Grande do Norte**. 1999, 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 1999.

LYRA, Tavares de. **História de Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

MARIZ, Marlene da Silva. Rio Grande do Norte colonial – 1598/1633. **Caderno de História**, Natal, V. 1, n. 1, p.17-22. jul./dez., 1994.

MATIAS, Iracy Rejane Batista. **A presença jesuítica no Rio Grande do Norte durante os séculos XVI e XVIII**. 2002. 42 f. Monografia (graduação em história) UFRN, Natal, 2002.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Terra natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

_____. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília. Ed. do Senado, 1984.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

_____. **Proto-história do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Presença/FJA, 1985.

MELLO, José Antonio Gonçalves de. **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. 3 ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana: Instituto Nacional do Livro, 1987.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal. EDUFRN, 2000.

PERNETTA, Júlio. **Missões jesuítas no Brasil**. Curitiba. Typ. Livraria Econômica, 1909.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indianista do período colonial (séculos XVI a XVIII)** In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: FAPESP: SMC: Companhia das Letras, 1992.

POMBO, Rocha. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.

PORTO, Maria Emília Monteiro. **Jesuítas da Capitania do Rio Grande séculos XVI-XVIII: arcaicos e modernos**. 2001, 300 fls. Tese (Doutorado em História) – Universidad de Salamanca, Salamanca, 2001.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e colonização no sertão do Brasil (1650-1720)**. 1998, 254 f. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 1998.

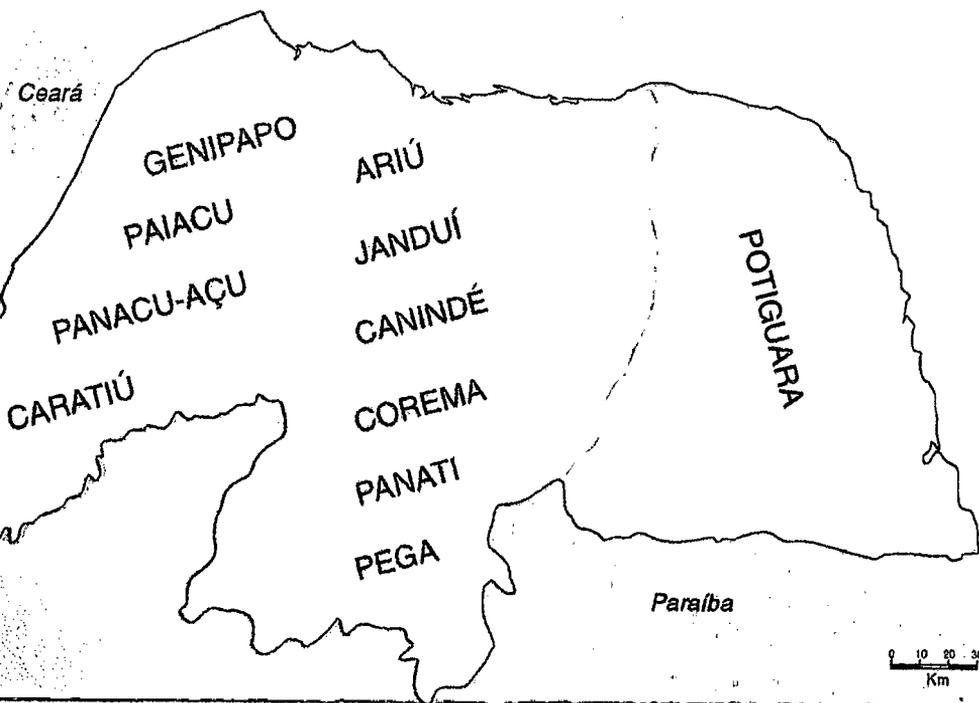
RIBEIRO, Berta. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Ed. Global, 1983.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 1995.

ANEXO

RIO GRANDE DO NORTE CONFIGURAÇÃO E LIMITES ATUAIS

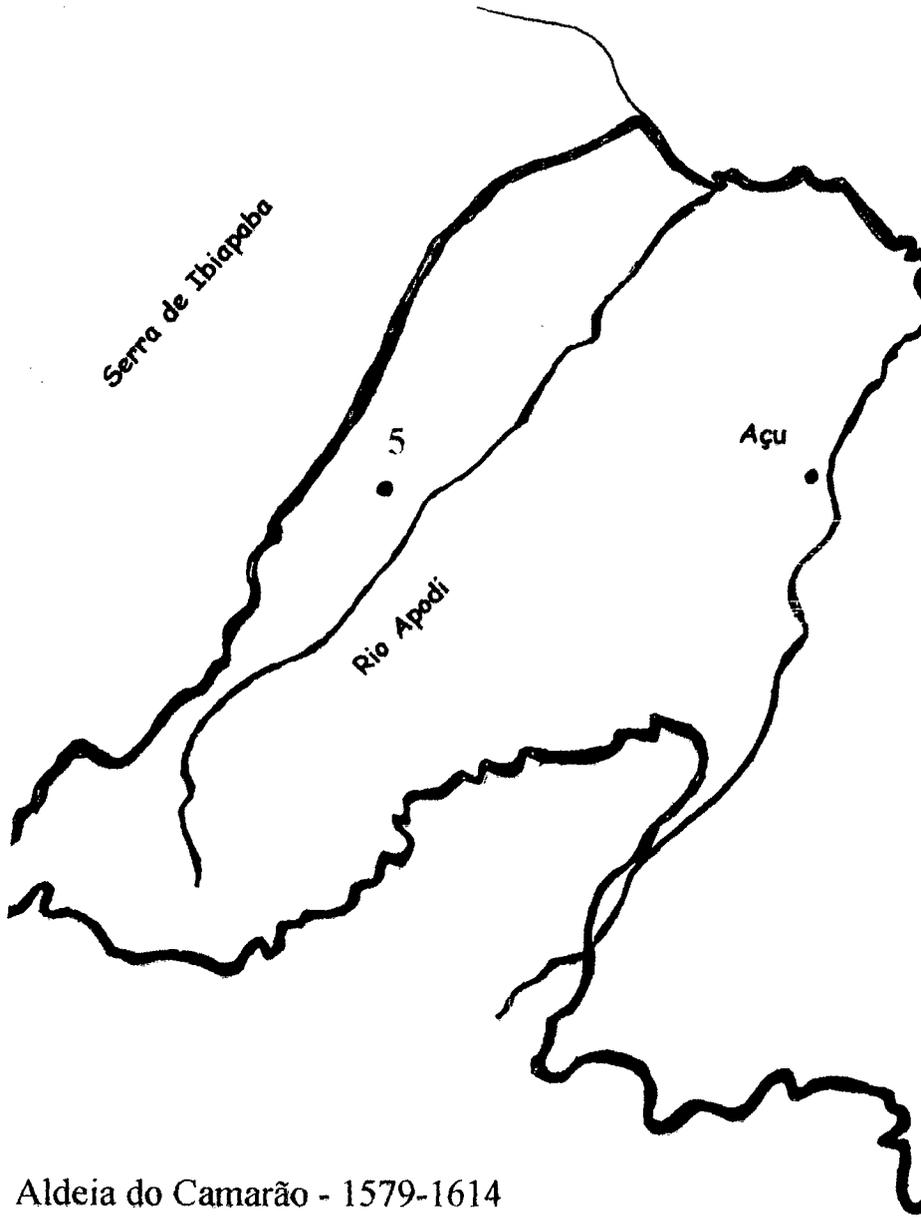




TERRITÓRIOS INDÍGENAS TRADICIONAIS

- Tupi*
- Tarairiú*

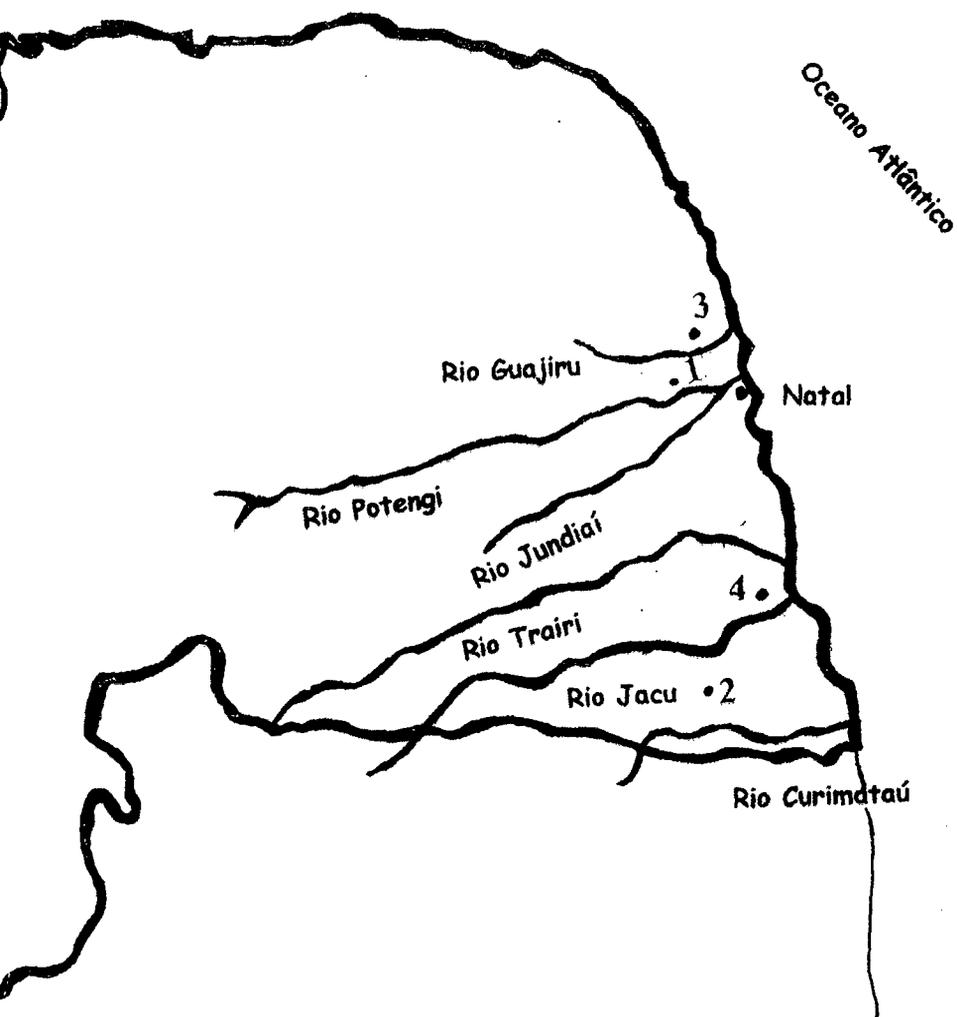
MAPA 1



- Aldeia do Camarão - 1579-1614
- Aldeia de Antonia - 1579-1614
- Aldeia de Guajiru - 1679
- Aldeia das Guarairas - 1681
- Aldeia do Apodi - 1700

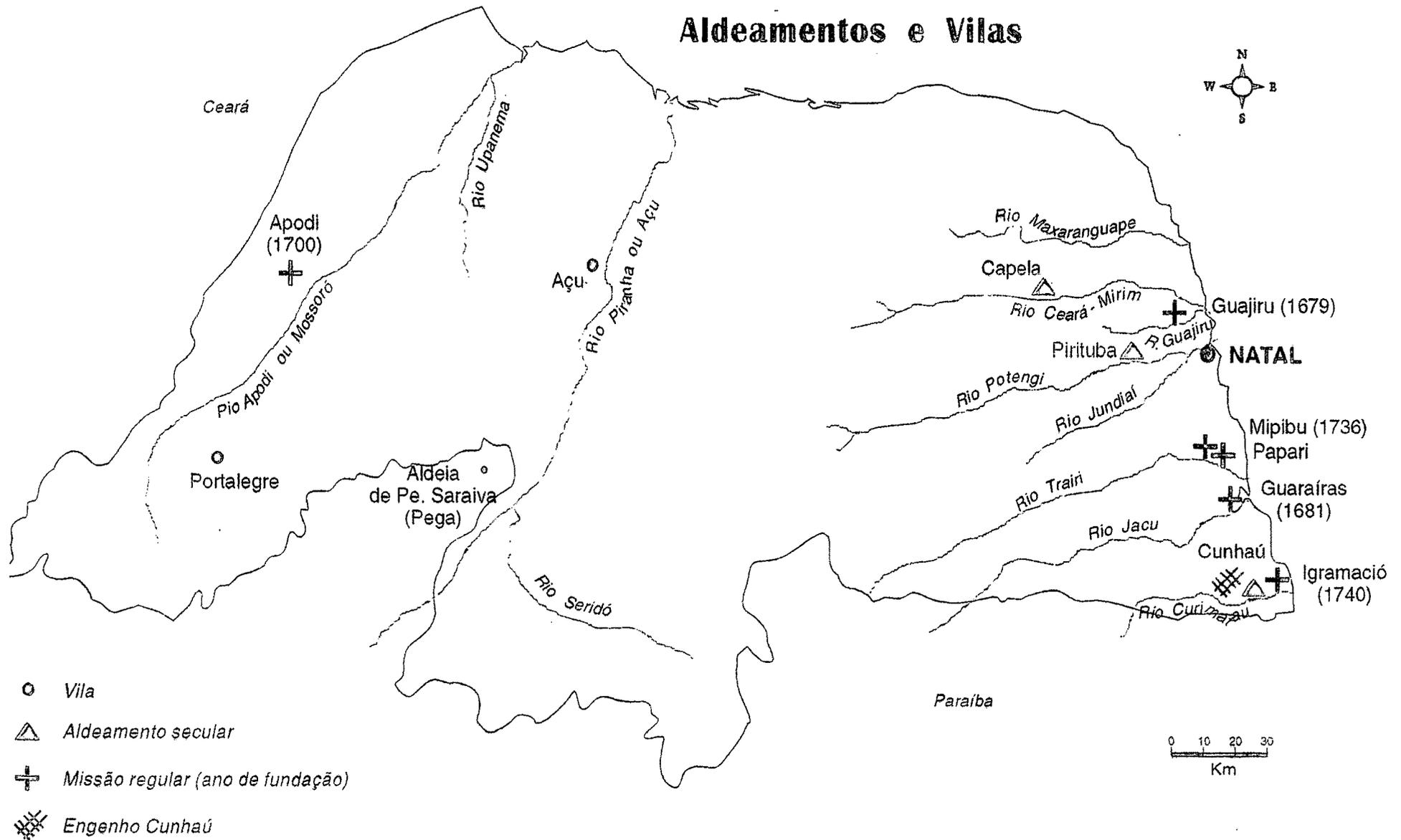
Paraíba

JESUÍTAS NO RIO GRANDE DO NORTE



RIO GRANDE DO NORTE

Aldeamentos e Vilas



MAPA 4